

As Juventudes e as novas formas de participação

Clarissa Diniz Diógenes¹

Resumo: O presente artigo apresenta algumas reflexões sobre a participação dos/as jovens na sociedade brasileira. Pensar os jovens de hoje como pessoas alienadas e passivas e que apenas a juventude das décadas anteriores era participativa e reivindicativa é um pensamento bastante saudosista e superficial em relação à atuação e lutas dos/as nossos/as jovens. Atualmente, não há mais necessidade de fazer passeatas contra um regime autoritário ou estar associado a algum partido político para ser considerado como um sujeito participativo. Os jovens de hoje buscam cada vez mais novas formas de participação, seja através da música, da dança ou da produção de comunicação. Este artigo analisa e apresenta a Revista *Viração*, uma publicação nacional produzida por jovens de todo o país interessados em discutir e transformar as diversas realidades.

Palavras chave: juventudes, comunicação, Revista *Viração*.

1. O que é ser jovem?

Conceituar o termo “jovem” apenas com origem na delimitação da faixa etária é uma forma de simplificar um conceito tão complexo e repleto de significados e interpretações. Assim como acontece no período da juventude, qualquer idade é um fenômeno constituído com base em um contexto histórico e social. Para categorizar as diferentes idades, os sujeitos utilizam seus conceitos culturais e sociais, atribuindo significados próprios a cada uma das etapas naturais do ser humano.

As fases da vida de um indivíduo, como a infância, a juventude, a maturidade e a velhice, não podem ser vistas como períodos fechados e irreversíveis, em que a passagem de uma fase para outra é um processo de superação. Pelo contrário, cada novo ciclo de vida está carregado de experiências e momentos vividos até então. Em muitos casos, no entanto, as etapas da vida são encaradas de maneiras diferenciadas, em que as pessoas precisam se adaptar aos valores e hábitos criados para cada idade. De acordo com Dayrell (2005, p. 307), “não seguir estas normas implica ‘cair no ridículo’, uma forma de coagir os possíveis desviantes”.

Na maioria das vezes, o termo juventude é lembrado como algo relacionado ao futuro, em que as ações desempenhadas no presente influenciam diretamente na sua vida adulta. Para Dayrell (2005), esse pensamento mostra uma visão negativa sobre esse período da vida, que contribui para classificar a juventude como “o que se é mais e ainda não chegou a ser”. A idéia de futuro, caracterizada na juventude, também contribui para a delimitação do tempo com base em critérios etários predefinidos e rígidos. A juventude deve ser pensada como algo

¹ Graduada em Comunicação Social com bacharelado em Jornalismo pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR) – Ceará.

mais amplo na constituição dos sujeitos, com características que marcam a vida de cada um (DAYRELL, 2005).

O significado do termo juventude varia em diferentes sociedades em todo o mundo, pois as condições políticas, econômicas e socioculturais influenciam diretamente na formação desse conceito. Segundo Novaes (2005, p. 111), para as sociedades clássicas greco-romanas, a juventude se referia a uma idade entre os 22 e os 40 anos. A palavra *Juvenis* vem de *aeoum*, cujo significado etimológico é “aquele que está em plena força da idade”. Para Melucci (1996), nas sociedades contemporâneas, a juventude deixou de ser apenas uma condição biológica para tornar-se uma definição cultural. Além disso, esse período é vivido de maneira heterogênea, de acordo com o contexto histórico e social de cada sujeito.

Estilos de roupas, gêneros musicais, participação em grupos, funcionam como linguagens temporárias e provisórias com as quais o indivíduo se identifica e manda sinais de reconhecimento para outros. Na opinião que prevalece nos dias de hoje, ser jovem parece significar plenitude como o oposto de vazio, possibilidades amplas, saturação de presença. (MELUCCI, 1996, p. 8).

Ainda hoje, porém, muitas pessoas, dentre as quais, estudiosos da área, vêem a juventude apenas como passagem da infância para a vida adulta. De acordo com Galland apud Spósito (1997), no início do século passado, principalmente no setor operário, para entrar na vida adulta, o jovem devia ultrapassar três etapas importantes da vida: a partida da família de origem, a entrada no mercado de trabalho e o casamento.

Hoje em dia, esse contexto mudou, principalmente, em razão das transformações ocorridas nos modelos escolares do século XX, em que os/as jovens têm mais tempo de vida estudantil. Também foram modificadas as formas de trabalho, pois, hoje, as pessoas ingressam no mercado sem necessariamente possuir uma vida conjugal ou ter saído da casa paterna. A escola é fundamental para a formação social dos/as jovens, pois ela desempenha papel central na preparação do ser humano para a vida social. De acordo com Waiselfisz (2006, p. 10), “a juventude desenvolveu-se no âmago do sistema escolar, que se converteu no principal agente de expansão das potencialidades individuais. Por isso, uma das primeiras imagens representativas da juventude foi a de estudante”.

Segundo a UNESCO (2004), é mais fácil definir o início do período da juventude do que reconhecer as fronteiras entre esse tempo e a fase adulta do sujeito. O começo da juventude é marcado por novas transformações biológicas, físicas e psicológicas, que podem ser distinguidas. Quando se tenta estabelecer os limites entre ser jovem e ser adulto, a definição é mais difusa ou quase inexistente, pois, atualmente, as fronteiras entre as etapas da vida estão cada vez mais tênues. Segundo a UNESCO (2004), a vida social influencia a

“juvenilização” dos adultos, principalmente, em relação aos hábitos e costumes, da mesma forma que há uma “adultização” acelerada por parte dos jovens.

Assentada no conceito tratado na Sociologia, Abramo (1997, p. 32) define o período da juventude como:

Momento específico e dramático de socialização, em que os indivíduos processam a sua integração e se tornam membros da sociedade, através da aquisição de elementos apropriados da “cultura” e da assunção de papéis adultos. É, assim, o momento crucial no qual o indivíduo se prepara para se constituir plenamente como sujeito social, livre, integrando-se à sociedade e podendo desempenhar os papéis para os quais se tornou apto através da interiorização dos seus valores, normas e comportamentos. Por isso mesmo é um momento crucial para a continuidade social: é nesse momento que a integração do indivíduo se efetiva ou não, trazendo conseqüências para ele próprio e para a manutenção da coesão social.

Apesar de pertencerem a um mesmo grupo etário, não é mais possível pensar a juventude de maneira homogênea, em que as características e problemas são comuns aos grupos. A pluralidade e a diversidade de identidades criadas pelas juventudes possibilitam a produção de vários sentidos em relação ao “ser jovem”. Hoje em dia, não se fala mais em juventude unificada, formada por pessoas que se expressam e possuem os mesmos gostos e hábitos, pelo contrário, destaca-se o termo “juventudes”, como uma forma de apresentar as suas diversidades e, ao mesmo tempo, de preservar as identidades de cada um deles.

Porém, a utilização da expressão “juventudes” não garante, por si, a percepção das experiências vividas pelos jovens, porém, é uma forma de demonstrar o cuidado com as generalizações que simplificam a complexidade das pluralidades existentes nessa fase da vida, como é o caso das questões de gênero, raça, classe social e projetos de futuro.

De acordo com Dayrell (2005), pensar as juventudes sob a óptica da pluralidade implica não mais considerar essa fase da vida baseada em critérios rígidos de faixa etária. Atualmente, a juventude é “parte de um crescimento mais totalizante, que adquire contornos específicos no conjunto das experiências vividas pelos indivíduos em seu contexto social”. (DAYRELL, 2005, p. 4).

2. Os principais movimentos de juventude do século XX

A juventude é um dos agentes centrais quando o assunto diz respeito à mobilização e manifestação social. Seja pela música, dança, passeatas ou reivindicações, os/as jovens sempre estiveram à frente das principais lutas sociais no Brasil. Nos dias de hoje, as décadas anteriores, quando juventudes de todo o País saíam às ruas para reivindicar contra a estrutura

social vigente, são lembradas pelos mais velhos com nostalgia. As juventudes atuais, todavia, não estão de braços cruzados e procuram novas formas de contestação.

Fazendo breve histórico, é possível lembrar os anos rebeldes da década de 60 do século imediatamente passado, em que jovens lutavam contra a ditadura militar e se reuniam em grupos para discutir a conjuntura política e criar estratégias para escapar da repressão do regime militar. Nesse período, os movimentos estudantis estavam fortalecidos e se manifestavam contra a ordem estabelecida pela ditadura. Dentre as principais reivindicações, estava a luta contra a reforma educacional. Essa reforma, idealizada pelos militares, seguia o modelo estadunidense e pretendia tornar rentável a universidade pública e situar a educação como algo técnico. Segundo Mische (1997, p. 2) “o movimento estudantil foi brutalmente esmagado em 1968 com a prisão, perseguição, morte ou exílio da maior parte das lideranças, muitas das quais entraram em grupos clandestinos de resistência armada durante os anos 70”.

Na década de 1960, a identidade dos jovens foi marcada pela categoria “estudante”. Isso decorre, de acordo com Mische (1997), do fato, de as identidades dos/as jovens serem formadas, principalmente, com origem na convivência familiar e, mais importante ainda, da vivência nas universidades. Nesse período, ser estudante significava tanto obter ascensão social, com a formação profissional, como também uma maneira de adquirir autonomia e participação no contexto de desenvolvimento nacional do País. Para Mische (1997, p. 15) “os contextos interpessoais, ideológicos e políticos dos anos 60, vividos principalmente pelos jovens universitários, carregaram a identidade de ‘estudante’ com significados múltiplos capazes de ligar uma variedade de projetos-em-formação”.

Para Spósito (1997), as juventudes sempre são encaradas como problemas sociais, em que, a cada momento, o foco é modificado de acordo com o contexto histórico e social. A autora garante que “nos anos 60, a juventude era um ‘problema’ na medida em que podia ser definida como protagonista de uma crise de valores e de um conflito de gerações essencialmente situado sobre o terreno dos comportamentos éticos e culturais”. (P. 38).

Nessa época, os jovens já tinham acesso aos meios de comunicação, como jornais e revistas, rádio e televisão. A jovem-guarda fazia sucesso e a juventude começava a usufruir da cultura *pop*. O gosto musical definia, em muitos casos, a opinião política do sujeito. Teatro, Cinema, Filosofia, Música, Poesia e Política interagem. É possível destacar também a Bossa Nova, o Movimento *Hippie* e o Movimento Tropicalista.

Na década de 1970, o Brasil viveu o chamado “milagre econômico”. Na educação, proliferaram as faculdades particulares e o ensino tornou-se oficialmente “profissionalizante”. Os meios de comunicação tomavam cada vez mais espaço, com destaque para a gigante TV

Globo, que durante a ditadura militar se popularizou e ganhou grandes audiências. A censura aos meios de comunicação, porém, era intensa, principalmente, aos veículos alternativos que mostravam o outro lado da versão oficial do regime militar, como foi o caso dos jornais *O Pasquim*, *Opinião* e *Movimento*.

Para driblar a ditadura, artistas utilizam a música e a arte para expressar críticas ao regime, por exemplo, os cantores Gilberto Gil e Chico Buarque de Holanda.

Era preciso agitar a poesia como arma de resistência em plena era de 'sufoco' e exílio social. Divulgar de boca em boca, circular de mão em mão, ganhar as ruas. Muitos dos que viverem a utopia dos anos 60 agora estavam silenciados, banidos, desencantados. Tempo de medo e de frustração, já que as transformações que o Brasil sofreu nos anos 70 atingiram principalmente jovens e a classe média. (CARMO, 2001, p. 115).

Apesar da censura e da repressão da década de 1970, grupos de jovens realizavam atos públicos e greves estudantis nas capitais brasileiras. O regime militar estava desgastado. As universidades públicas tornaram-se locais onde as pessoas se manifestavam contra o regime e a Igreja Católica incentivava a organização das pessoas por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

Na década de 1980, foi iniciada a mobilização popular para abertura política e o fim da ditadura militar. Começava a campanha pelas "Diretas". De acordo com Carmo (2001), no início da campanha, a tevê, principalmente, a TV Globo, ignorou os comícios, para não descontentar o governo, embora a censura já estivesse mais abrandada. À medida, porém, que crescia o entusiasmo popular, as redes de televisão não puderam ficar indiferentes ao registro dos acontecimentos da política brasileira.

Nessa época, alguns jovens da periferia protestavam por meio da vestimenta e das letras musicais do estilo *punk*. Além disso, as garotas tinham as *top models* como referências de beleza e não mais o *glamour* das *miss*. Xuxa alegrava o público infanto-juvenil e Cazuza era o sucesso do *rock* nacional.

No final da década de 1970 e início da década de 1980, surgem outros movimentos populares que passam a lutar e a questionar os direitos civis dos cidadãos, por exemplo, os movimentos ecológicos, de mulheres e, também aqueles que lutavam a favor da igualdade e liberdade nas relações de raça, gênero e sexo.

Nos anos 80, a temática da participação social era um ponto de pauta na agenda política das elites políticas, denotando dois fenômenos: de um lado, a crise de governabilidade das estruturas de poder do Estado, desgastadas e deslegitimadas pelo autoritarismo; de outro, a legitimidade das demandas expressas pelos movimentos sociais e a conquista de espaços institucionais como interlocutores válidos. (GOHN, 1997, p. 30).

Os movimentos sociais da década de 1980 se organizavam como espaços de ação reivindicativa, que recusavam as relações subordinadas, de tutela ou de cooptação por parte do Estado, dos partidos ou de outras instituições. “Os novos sujeitos constroem uma vigorosa cultura participativa e autônoma, multiplicando-se por todo o país e constituindo uma vasta teia de organizações populares que se mobilizam em torno da conquista, da garantia e da ampliação de direitos”. (CARVALHO, 1998, p. 3).

Apesar do contexto de grandes desigualdades sociais, impunidade, violência, falta de atendimento adequado às necessidades básicas da população, brasileiros e brasileiras não deixaram de ter esperanças em relação ao futuro do País. Como anota Peruzzo (1998, p. 29), “partes sadias do corpo social continuam pulsando e esforços vêm sendo feitos para alcançar, preservar ou resgatar direitos eminentemente humanos, para amenizar as carências e para construir uma sociedade justa e livre”.

Nos anos 1990, há uma crise nos movimentos sociais e o cenário das lutas é modificado. Alguns movimentos estão fragmentados e passam por problemas internos e crises de identidades. Além disso, os grupos populares perdem a sua maior aliada - a Igreja Católica - em sua ala da Teologia da Libertação.

Nesse contexto, os movimentos sociais da década de 1990 se redefinem. De acordo com Maria da Glória Gohn (1997), os grupos dessa época seguem duas vertentes: aqueles que deslocam suas reivindicações do plano econômico para o suporte mínimo de mercadorias para o consumo individual e aqueles que direcionam as ações para o plano da moral e das lutas cívicas.

Os novos movimentos dos anos 90 centram-se mais em questões éticas ou de revalorização da vida humana. A violência generalizada, a corrupção, as várias modalidades de clientelismo e de corporativismos, os escândalos na vida política nacional etc. levaram a reações no plano da moral. Criam-se movimentos nacionais a partir de instituições e organizações de espectro plural ou de figuras carismáticas, como o caso de Betinho na Ação da Cidadania contra a Fome. Ou ainda, estruturam-se movimentos nacionais a partir de questões sociais dadas pela problemática geracional, de idade, como o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. (GOHN, 1997, p. 34).

Na década de 1990, um movimento político chamou a atenção de muitos adultos e estudiosos da área. São jovens, a maioria pertencente à classe média, vão às ruas de caras pintadas para protestar contra a corrupção existente no governo do presidente Fernando Collor de Melo. O movimento a favor do *impeachment* foi organizado por entidades estudantis, tendo o apoio de partidos e entidades civis e sendo divulgado pela imprensa comercial.

Mische (1997, p. 2) acentua que a participação dos jovens “não pode ser chamada de ‘independente’ ou ‘espontânea’, pois eles receberam formas de apoio oficial e não-oficial”.

Diferente da década de 1960, os jovens dos anos 1990 não podem ser vistos apenas como a categoria “estudante”, pois a diversidade dos projetos em formação é bem maior. Para Mische (1997), os anos 1980 e 1990 foram períodos marcados pela dispersão das identidades juvenis, em que o termo ‘cidadão’ representa melhor a categoria jovem. “Os anos formativos dos jovens não são limitados à família e às universidades, mas acontecem em contextos sociais, culturais e políticos mais diversos, englobando um campo maior de possíveis (e às vezes, contraditórios) projetos pessoais e coletivos”. (MISCHE, 1997, p. 7)

As juventudes dessa época são consideradas, muitas vezes, pelos mais velhos como hedonistas e consumistas. É a chamada “geração shopping center”. As juventudes dos anos 1990 e início do século XXI, no entanto, apresentam outras formas de reivindicação social, diferentes das décadas anteriores. Seja pela música, dança, vestuário ou modo de ocupar os espaços públicos, os/as jovens de hoje atuam e participam da vida política e social do País. A idéia de “apatia juvenil” pode ser confrontada com ações expressas no cotidiano, por exemplo, por meio da arte do grafite, em que jovens expõem seus sentimentos e reivindicações por intermédio da pintura nos muros da cidade.

Os/as jovens da periferia, por exemplo, utilizam o *hip hop* para expressar suas críticas aos problemas e às injustiças sociais. Pelas letras, *rappers* mostram o cotidiano das ruas, a vida nas favelas, o orgulho negro, entre outros temas.

O *hip hop* é a identidade de uma juventude em sociedades que lhe reservam apenas o lugar das estatísticas em desemprego e violência. Na periferia dos grandes centros urbanos, o *hip hop* tornou-se necessidade de afirmação política, social, econômica para milhares de jovens negros e pobres transformando o rap na trilha sonora dos excluídos. (GUMES, 2003, p. 11).

De acordo com Magro (2002, p. 71), “o movimento *hip hop*, especialmente o ritmo musical *rap*, tornou-se para os jovens das periferias urbanas um meio fecundo para mobilização e conscientização”. Essa manifestação cultural possibilita aos jovens o acesso a uma educação política e, conseqüentemente, o exercício do direito à cidadania.

Dayrell (2002, p. 5) assinala que a cultura e a produção cultural “são sinais de novos espaços, novos tempos e de novas formas de sua produção/formação como atores sociais”. Dessa forma, o mundo cultural articula identidades e referências na consolidação dos projetos de vida coletivos e individuais. Esses espaços também podem ser havidos como o meio pelo qual a juventude busca uma forma de intervenção na sociedade, constituindo-se como uma maneira própria de participação social. “A cultura aparece como um espaço privilegiado de

práticas, representações, símbolos e rituais, no qual os jovens buscam demarcar uma identidade juvenil”. (DAYRELL, 2002, p. 5).

3. As juventudes e as novas formas de participação social

Onde, para que, por que e como os jovens participam/ participariam? É um questionamento em evidência na sociedade, principalmente, em um contexto em que jovens são vistos como consumistas, individualistas e não progressistas. Além disso, o senso comum, com o apoio dos meios de comunicação coletivos, favorece a formação de uma imagem negativa das juventudes atuais, considerado-as como pessoas apáticas e desinteressadas em participar das transformações sociais.

É um equívoco pensar a participação juvenil apenas pelo viés das representações políticas e da sua participação na política eleitoral e partidária. É importante ressaltar que o desencanto e a descrença em relação à política e aos políticos envolvem todas as faixas etárias da população, e não se referem apenas à classe juvenil. Corrupção, clientelismo, promessas não cumpridas e a falta de consulta popular para a tomada de decisões ocasionaram a desilusão de muitos brasileiros e brasileiras.

Além disso, o contexto histórico e social é diferente daquele vivido nas décadas de 1960 e 1970, quando o Estado era ditatorial. Naquele período, a tendência dos movimentos e da participação social é centrar-se em ações contra o Estado. “Mas em tempos mais democráticos, em que o Estado, os partidos, os espaços políticos instituídos, se tornam mais permeáveis à sociedade, a participação social concentra-se na busca de democratizar o Estado e as políticas públicas”. (CARVALHO, 1998, p. 24).

As formas de participação social se modificaram com o tempo. A criação do orçamento participativo, dos conselhos gestores e da co-gestão entre Estado e sociedade são exemplos de opções utilizadas pela população para intervir na política atual. Há também, no entanto, formas de participação que vão além daquelas criadas pelos canais institucionalizados, como é o caso das discussões levantadas pelos fóruns, redes e movimentos sociais que influenciam diretamente na opinião pública e na cultura da sociedade, despertando para a formulação de novas políticas públicas em determinadas áreas. Nesse sentido, destacam-se os movimentos culturais, como os grupos feministas, negros, homossexuais, dos povos indígenas, dos portadores de deficiências, ecologistas, entre outros.

Esses movimentos, formados em sua maioria por jovens, lutam para a realização de mudanças culturais na sociedade, principalmente, no que diz respeito à formação de uma “cultura de tolerância e de respeito ao diferente, um pensamento multicultural, que dá

visibilidade a padrões culturais minoritários e, por isso mesmo, muito importante ao contínuo reconstruir da cultura que predomina numa sociedade”. (CARVALHO, 1998, p. 16)

Para Salva e Stecanela (2006), os movimentos juvenis de hoje em dia atuam de maneira diferenciada em decorrência de alguns aspectos, por exemplo, as causas de mobilização social são diferentes de décadas anteriores, pois, hoje em dia, as lutas acontecem em defesa de outros direitos sociais, como as ações voltadas para a questão ambiental, os direitos sexuais e os direitos humanos. Outro aspecto é que os/as jovens priorizam a ação imediata e o que está mais próximo com o objetivo de modificar a sua realidade social. Além disso, eles/as estão mais interessados com o lugar que vão ocupar dentro de determinados grupos e estão mais preocupados com a horizontalidade nos processos de coordenação.

Percebe-se que os/as jovens não estão mais tão envolvido/as com as tradicionais formas de participação, como é o caso da filiação a partidos políticos ou sindicatos. Os/as jovens da atualidade estão buscando novas experiências sociais participativas; por exemplo, a participação dos jovens na Revista Viração, em grupos estudantis e religiosos, movimentos sociais ou integrantes de organizações da sociedade civil. Os jovens integram-se a essas ações sociais como uma forma de constituir e reconstituir suas identidades, enfrentar seus problemas e criar canais de comunicação e expressão de suas opiniões (RELATÓRIO A MÍDIA DOS JOVENS, 2005).

De acordo com Veja Especial Jovens (julho, 2003), “os jovens do século XXI continuam tão idealistas e dispostos a mudar o mundo quanto os dos anos 60. A diferença é que descobriram um caminho que não passa pela militância política: o do trabalho voluntário”. O trabalho voluntário pode acontecer em razão de dois componentes fundamentais: o de cunho pessoal, em que a pessoa doa parte do seu tempo e esforço como resposta a uma inquietação interior que é levada à prática, e o de teor social, em que os jovens têm consciência dos problemas ao enfrentar a realidade, o que leva à luta por um ideal ou ao comprometimento com uma causa.

Os principais trabalhos não remunerados realizados pelos jovens são os projetos que envolvem crianças carentes (os preferidos de um em cada três voluntários), os educacionais, como dar aulas de reforço, e os de meio ambiente. Segundo a Veja Especial Jovens (julho, 2003), de 1998 a 2003, “a participação dos jovens em filantropia pulou de 7% para 34% em 400 entidades brasileiras. Mais de 8 milhões com idade entre 15 e 24 anos realizam alguma atividade voluntária”.

Outro exemplo de militância política foi a participação dos jovens, em abril deste ano, na Conferência Nacional de Juventude. Nesse encontro, assim como nas etapas que

antecederam a ele, jovens de todo o Brasil discutiram políticas públicas destinadas ao público adolescente juvenil. O encontro teve como objetivo buscar opções para atender as mais diversas necessidades das juventudes, incentivando o diálogo para a solução dos problemas em diversas áreas, por exemplo, na educação, na saúde, no trabalho e renda, no meio ambiente, na comunicação, entre muitos outros. Com as discussões ocorridas durante a Conferência Nacional de Juventude, foram definidas e aprovadas as 22 prioridades que devem ser executadas pelos governos municipais, distrital, estaduais e federal.

Na Conferência, durante as discussões do Grupo de Trabalho Política e Participação, os/as jovens expressaram como ações prioritárias das políticas públicas a criação do Sistema Nacional de Juventude, formado por órgãos de juventude, com o objetivo de fiscalizar e garantir o orçamento público aos projetos nas áreas exigidas pelos jovens. Além disso, foi votada como prioridade a reforma política, que assegura a participação massiva dos jovens nos partidos políticos. A reforma pretende mudar, dentre outras coisas, a faixa etária da elegibilidade, garantindo como idade mínima de 18 anos para vereador, prefeito, deputados estaduais, distritais e federais e 27 anos para senador, governador e presidente da república. Outra prioridade é incentivar e implementar nas escolas e universidades mecanismos e disciplinas relacionadas à participação política que estimulem o debate e a troca de informações sobre temas referentes à realidade social dos jovens.

4. As alternativas de comunicação dos jovens

Apesar da forte influência dos meios de comunicação coletivos na vida das pessoas, principalmente, na conquista de identidades, hábitos, comportamentos e estereótipos, os/as jovens brasileiros/as criam outras formas de comunicação e expressão, que não dependem apenas dos grandes veículos comunicacionais para serem realizadas. É a chamada mídia alternativa.

A participação dos jovens nos meios de comunicação aumenta no Brasil, principalmente na metade dos anos 1990 em diante. Essa participação não se limita apenas à produção de mídias alternativas, como jornais e rádios comunitárias, mas também nos espaços oferecidos pelos grandes meios de comunicação, especialmente nos programas de cunho educativo. Apesar de estar a serviço das classes dominantes, a grande mídia não deixa de contribuir com a sociedade. “Os veículos de comunicação massiva não são, portanto, necessariamente, ‘perversos’ com relação aos interesses populares”. (PERUZZO, 2004, p. 131).

O que se percebe, no entanto, é que, na maioria das vezes, os meios de comunicação de massa são utilizados apenas para o entretenimento e estão submetidos aos interesses políticos

e econômicos. Por esse motivo, movimentos sociais e organizações não governamentais, que não se sentem representados pela mídia comercial, procuram outras formas de fazer comunicação. Lembramos que comunicação vai além dos meios de comunicação, pois faz parte da organização e mobilização da própria sociedade.

Os processos comunicativos envolvem uma variedade de formatos, como a dança, a música, o rádio, o teatro, o vestuário, o comportamento, o *blog*, entre muitos outros exemplos do nosso cotidiano. As juventudes estão cada vez mais interessadas em ter um espaço destinado à exposição de suas idéias, hábitos, sonhos e desejos. Assim como diz a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, no Artigo 19º, “todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e idéias por quaisquer meios de expressão”.

Os jovens de hoje lutam pela democratização da comunicação, que envolve não apenas a ampliação do acesso à informação como receptor, mas também a produção de comunicação pelos próprios jovens. Os grupos juvenis pretendem democratizar o poder de comunicar, garantindo o acesso das pessoas e movimentos sociais aos meios de comunicação social na condição de emissores (produtores e difusores) de conteúdos.

Um exemplo de luta pela democratização da comunicação é o espaço oferecido pela Revista *Viração* para a participação de jovens interessados em fazer comunicação. A publicação, produzida e editada por jovens, pretende incentivar no sentido de que estes não sejam apenas receptores de informações, mas que utilizem as opções de comunicação para se expressar e conquistar suas identidades.

5. Revista *Viração* – Que idéia é essa?

A Revista/Projeto *Viração* é uma publicação sem fins lucrativos, que tem como objetivo “promover junto aos jovens e adolescentes atividades na área da educação e da comunicação e fornecer uma revista que atue como um fórum de debates sobre a realidade dos adolescentes e jovens” (LIMA, 2003, p. 2). Além disso, segundo Teixeira (2007, p. 92), a revista pretende incentivar a “mobilização juvenil e favorecer a compreensão do fenômeno da comunicação, objetivando a análise de suas linguagens e mensagens”.

A *Viração* surge como alternativa de participação do jovem na sociedade. Como já foi dito neste artigo, atualmente os jovens não estão mais tão envolvidos com as tradicionais formas de participação e estão em busca, sempre mais, de novas experiências participativas. Nesse contexto, a Revista *Viração* torna-se uma opção de intervenção social.

A Revista foi criada em 2003 por um grupo de profissionais, principalmente jornalistas e educadores. De acordo com Teixeira (2007, p. 91-92), a idéia era produzir uma revista “que não fosse consumista, que não levasse à alienação, mas que fosse esclarecedora e que também levasse ao senso crítico do próprio jovem e do adolescente”; que se diferenciava das demais revistas oferecidas em bancas, pois estas viam o jovem e o adolescente “como um produto ou como mercado, aliás, como mercado, e não como um segmento com potencialidade para estar mudando a situação do Brasil e do mundo”.

Segundo o Relatório “A Mídia dos Jovens” (2005, p. 43), feito pela ANDI, a revista *Viração* divulgou informações, em 2004, relacionadas à questão das atualidades, à diversidade e à participação juvenil. “O destaque dado pela *Viração* a matérias socialmente relevantes colocou a revista no primeiro lugar do Ranking de Relevância Social em 2003 (89,19%) e 2004 (97,58%)”. O índice de Relevância Social é medido pela quantidade de textos que contribuem para a formação cidadã dos leitores.

Para Lima (2003, p. 1), o primeiro lugar no *ranking* de Mídia Jovem da ANDI reflete a proposta da *Viração*. “Essa posição no ranking é explicado por se tratar de uma publicação ligada a uma organização não-governamental e, por isso, não se insere nos padrões de consumo e no discurso ‘futilizador’ do mercado editorial juvenil”.

O projeto da *Viração* é formado por um Conselho Editorial Profissional, por uma Equipe Pedagógica e pelos participantes do Conselho Editorial Jovem. O Conselho Editorial Profissional e a Equipe Pedagógica são compostos por profissionais da área da Comunicação, da Educação, da Psicologia, da Sociologia, entre outras. Essa equipe contribui para o constante aprimoramento da revista. Ela não faz parte do cotidiano da redação da *Vira*, mas, geralmente, é consultada no caso de reformulações na publicação, articulações estratégicas ou, até mesmo, dúvidas em relação ao tratamento de determinadas informações. Também participam da revista os profissionais terceirizados, responsáveis pela função de consultoria de *marketing*, relacionamento institucional, revisão, projeto gráfico, impressão e administração.

A sede da Revista fica em São Paulo. Atualmente, há 20 estados brasileiros e o Distrito Federal que funcionam como correspondentes da Revista: Pará, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina, Ceará, Goiás, Paraíba, Alagoas, Amazonas, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Rio de Janeiro, Bahia, Maranhão, São Paulo, Piauí e Espírito Santo.

O desafio da *Viração*, e de qualquer outra revista do Brasil, é ser uma publicação com caráter nacional, que privilegie as mais diversas realidades do País. Para Teixeira (2007, p.

93), a idéia da *Viração* é ser uma revista que “saia do eixo Rio - São Paulo, que fale do jovem do Rio Grande do Sul, mas fale também do pessoal lá do Amazonas, pessoal do Mato Grosso do Sul e o pessoal de Belo Horizonte”.

Foram criados nos vinte estados e no Distrito Federal o Conselho Editorial Jovem (CEJ) ou, também chamado de Núcleo *Virajovem*, que reúne os jovens redatores da Revista. O número de participantes de cada núcleo varia de acordo com o estado, mas a média é de 10 a 15 meninos e meninas, entre 13 e 29 anos. Os jovens leitores e produtores de conteúdos para a Revista são chamados de *Virajovens*. Eles/elas participam da revista elaborando matérias e sugerindo pautas para o *site* e para a publicação impressa.

A maioria dos/as *Virajovens* é participante de projetos sociais, grupos juvenis e organizações sociais. Alguns deles já têm uma linguagem e pensamento bem característicos das pessoas que fazem parte de movimentos sociais. Participam também do projeto estudantes secundaristas e universitários, principalmente aqueles que fazem parte do ensino público.

No Ceará, os *Virajovens* são especialmente de entidades não governamentais. A maioria deles conhece a *Viração* em encontros de juventude ou em debates e se interessam pelo projeto. Então, começam a participar das reuniões e escrever para a revista. O grupo do Ceará possui uma grande rotatividade de participantes, pois, por causa do envolvimento com outros projetos sociais, os jovens acabam não priorizando as atividades da Revista e passam pouco tempo no Núcleo. Alguns deles não participam freqüentemente das reuniões presenciais, mas sempre dão contribuições na lista de discussão na Internet. Essa rotatividade possui pontos positivos e negativos. Se de um lado é ruim para o grupo, pois fica difícil ter uma identidade própria e a certeza do compromisso de todos perante o projeto, por outro lado, essa rotatividade contribui para que o grupo esteja inserindo outras pessoas e que estas tenham a oportunidade de conhecer e fazer do projeto *Viração*.

A participação dos *Virajovens* está relacionada com o envolvimento de cada um com o projeto. No geral, o/a *Virajovem* participa das reuniões da Revista, acompanha as discussões presenciais ou virtualmente, por meio da lista de discussão na Internet e escreve para a revista.

Os conteúdos produzidos pelos jovens nos seus estados são enviados para a sede da redação da Revista em São Paulo. Geralmente, o texto do *Virajovem* não é modificado na edição. “O que acontece é a correção de erros ortográficos ou quando faltam informações para deixar o texto mais claro. Então, a gente procura o *Virajovem* para que eles complementem as informações”², afirma a jornalista que trabalha na redação *Vira São Paulo*, Bianca Pyl.

² Entrevista realizada durante a Conferência Nacional de Juventude, no dia 29 de abril de 2008.

A produção da matéria pode ser feita de forma individual ou coletiva. Alguns Virajovens preferem produzir os textos em grupos para que todos participem da elaboração da matéria. Também, no entanto, o processo coletivo é uma maneira de não sobrecarregar a produção de todo o conteúdo apenas para um participante do grupo. As atividades são divididas considerando a disponibilidade e as preferências de cada. Por exemplo, há jovens que têm mais facilidade para fazer entrevistas, outros para escrever ou revisar os textos e aqueles que gostam de tirar as fotografias. Em alguns casos, as matérias têm a colaboração das pessoas que trabalham na redação da Revista.

Além dos/as Virajovens, o Conselho é composto pelo Viramidiador/a, que faz a articulação do Núcleo no estado. O Viramidiador/a faz a comunicação entre a redação da Viração e o Conselho Editorial Jovem. São pessoas que, de certa forma, estão envolvidas com a prática da comunicação. A maioria deles é de estudantes de Jornalismo ou mesmo jornalistas. Isso acontece, principalmente, nos Núcleos Virajovens que são articulados pelas entidades ligadas à Rede Andi Brasil, como é o caso do Conselho Editorial do Ceará. Esses Núcleos possuem uma estrutura mais adequada para a realização das atividades da Viração, por exemplo, têm um local fixo para reuniões, podem usar os computadores, telefone, gravadores e máquinas fotográficas da entidade para a produção das matérias.

Os conselhos editoriais de cada estado desenvolvem suas atividades de maneiras diferentes, dependendo da realidade do grupo. Há Núcleos que enviam mensalmente conteúdos para a Revista e para o *site* e participam de todo o processo de edição, pois, em alguns casos, depois de diagramada, os editores enviam as matérias para a lista de discussão dos Viramidiadores. Com isso, os jovens podem opinar e sugerir modificações nos textos e na diagramação.

Porém, também, há aqueles que se envolvem apenas enviando a seção pela qual está responsável naquele mês. Há também Núcleos que não participam mensalmente da feitura da Revista e só se envolvem nas atividades quando solicitados pela redação da Viração.

Em alguns momentos, a produção dos conteúdos não ocorre de maneira espontânea. Os/as jovens procuram a sede da Revista para enviar alguma cobertura feita no seu estado. Normalmente, a produção das matérias acontece da seguinte forma: há um cronograma feito no começo do ano, dividido por mês e seção.

No decorrer desta pesquisa, percebe-se que ainda é preciso melhorar a relação entre os Núcleos e a sede da redação da Revista em São Paulo. Pensar em pautas coletivas e incentivar as/os jovens a escrever mais para a Revista podem ser estratégias para estimular a participação dos jovens na Revista. A ideia da publicação é que as/os jovens sejam

correspondentes no seu estado, mas não é o que realmente acontece no dia-a-dia da publicação.

Geralmente, as reuniões dos Núcleos estaduais são mensais. Nesses momentos, as/os Virajovens discutem a produção da Revista e dividem as suas tarefas. Alguns núcleos aproveitam as reuniões para debater determinado assunto que esteja relacionado com a temática da revista, realizam oficinas de formação do grupo, elaboram produtos de comunicação para divulgar o trabalho da Revista, entre outras ações.

No Núcleo Cearense, não há uma periodicidade quanto à realização das reuniões, mas elas, normalmente, acontecem a cada mês ou a cada dois meses. Os encontros são realizados para discutir a Revista, definir as pessoas responsáveis pela seção do mês, pensar em novas pautas e fazer o planejamento de ações para estruturação do projeto no Ceará. Essas ações podem ser um debate, oficinas de comunicação com jovens de entidades não governamentais, participação em encontros de juventudes, visitas às escolas para a divulgação da Revista, entre outras. Na maioria das vezes, porém, esse planejamento não é posto em prática porque o projeto da Viração não tem recurso próprio, dificultando a realização desse tipo de atividades. Em algumas ações, o Núcleo Cearense precisou fazer rifas ou vender revistas a baixo custo para conseguir dinheiro para pagar alimentação e passagem de ônibus dos Virajovens.

O Conselho Editorial Jovem é articulado por uma organização não governamental ou grupo juvenil. A entidade articuladora fica responsável pelo apoio institucional à Viração no estado. No Ceará, o Núcleo Jovem é mobilizado pela ONG Catavento Comunicação e Educação. Apesar de não ter recurso disponível para as atividades da Viração, a ONG Catavento contribui para o projeto, na medida em que disponibiliza, quando possível, os horários de trabalho dos integrantes do Conselho Editorial para a realização das atividades da Viração e oferece a estrutura da instituição para as ações do projeto.

O apoio da organização não governamental, porém, para cada Conselho é diferenciado e depende de alguns fatores, por exemplo, como o projeto da Viração é visto dentro da entidade e o interesse e a disponibilidade das pessoas a fim de mobilizar as/os jovens para participar da Revista.

O Núcleo Cearense possui uma lista de discussão na Internet, porém, os/as Virajovens poderiam utilizar mais esse recurso de comunicação, em que poucas pessoas do Núcleo participam. Em alguns casos, quando é preciso resolver rapidamente uma demanda da revista, as decisões são tomadas por poucas pessoas que usam a lista da discussão.

Foi o caso da organização do debate sobre mídia e juventude, promovido em outubro de 2008 pelo Núcleo da Viração, em parceria com a ONG Catavento. Como o grupo não teve

tempo de se reunir para pensar e organizar o debate, a maioria das decisões, por exemplo, onde seria o local, quais seriam o dia e o horário e quem seriam os palestrantes, foi realizada pela lista de discussão da Internet. Poucas pessoas, porém, deram a sua opinião e participaram da preparação do debate. Grande parte das decisões foi tomada pelos Virajovens que estão na rotina da ONG Catavento. Até mesmo para marcar as reuniões pela lista de discussão é uma dificuldade. Além de ser colocada a data do encontro na lista da Internet, é preciso entrar em contato com os/as jovens por telefone para confirmar a presença deles à reunião.

Durante a pesquisa, observa-se que o mesmo problema acontece com a lista de discussão nacional na Internet utilizada pelos Viramidiadores da Revista. A lista não é muito utilizada, prejudicando a comunicação entre os núcleos. Geralmente, os grupos não sabem o que os/as outros/as Virajovens estão produzindo ou realizando em sua cidade e as ações são isoladas, sem um impacto em âmbito nacional. O objetivo desta lista de discussão é divulgar as ações que estão acontecendo em cada Conselho Editorial e fazer com que os/as Virajovens se conheçam e se relacionem.

A proposta da Viração é que os/as jovens também se envolvam nos processos de planejamento e execução da Viração. Nota-se, contudo, que a participação dos jovens no planejamento da Revista ainda não acontece de maneira efetiva. Essa ação acontece por meio da lista de discussão na Internet. Atualmente, está sendo discutido o planejamento estratégico da Revista para os próximos cinco anos. A organização não governamental Ashoka Empreendimentos Sociais e a Mckinsey Consultoria estão ajudando a elaborar esse projeto. Paulo Lima, diretor da revista, enviou para o *e-mail* da lista de discussão dos Viramidiadores o planejamento inicial e solicitou a participação dos/as jovens nesse processo. No e-mail, ele afirma:

Gostaríamos muito que vocês participassem de alguma forma e mesmo à distância desse processo. Por isso, compartilhamos o pouco do que já fizemos. Temos ainda que melhorar a construção da missão e da visão, mas compartilhamos mesmo assim, até para receber as contribuições de vocês que participam desse processo há tempos. Por favor, fiquem à vontade para enviar suas contribuições também para os outros tópicos relacionados ao Projeto/ Revista Viração; e não apenas à revista impressa: Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças. (15 de outubro de 2008).

Poucas pessoas responderam a esse *e-mail* - apenas seis dos 21 Viramidiadores. O planejamento ficou dividido nas seguintes discussões: forças, fraquezas, oportunidades, ameaças e aspirações. Dentre as fraquezas apontadas pelo planejamento coletivo estão: relação com os/as virajovens, dificuldades de mobilização e de aproximação dos/as Virajovens de outros estados e falta de capacitação para os Viramidiadores e Virajovens.

Além da publicação impressa, a Revista possui uma versão digital (www.revistaviracao.org.br), em que os jovens divulgam artigos e notícias, postam fotografias e vídeos, participam de enquetes e compram as revistas impressas e camisetas com caricaturas de personagens famosas. Neste estudo, observa-se que o *site* poderia ser uma ferramenta de comunicação entre os/as Virajovens, por exemplo, poderia haver *chats* e espaços para fóruns de debates. Essas atividades podem estimular a interação dos jovens que fazem parte da Revista. Por exemplo, na seção de “Interação” do *site*, os jovens podem participar de enquetes e deixar recados para outras pessoas, porém, este recurso ainda está em teste e poucos jovens utilizaram esta parte do *site*.

Há alguns Conselhos Editoriais Jovens que possuem *blogs* para divulgar as notícias que acontecem em âmbito local. O Núcleo Cearense possui um *blog* (www.viraceara.blogspot.com), porém este não é atualizado todos os dias. Atualmente, o *blog* serve apenas para divulgar atividades ou encontros de jovens. Também é possível encontrar na página matérias, artigos e entrevistas relacionados às temáticas das juventudes. Os textos geralmente são copiados de outros *sites*.

Apesar de não ser o foco desta análise, é importante refletir sobre o que falta para que os jovens ocupem mais os espaços de expressão. É até paradoxal dizer que os jovens estão em busca de novas formas de comunicação e, quando possuem esses espaços, reproduzem os conteúdos de outros veículos de comunicação, que, em algumas vezes, podem ser até produtos elaborados pela mídia comercial. Observa-se é que os meios de comunicação que abrem espaços para as juventudes existem, porém, ainda não há uma apropriação intensa destes recursos por parte de alguns jovens. O que faz um jovem ter a oportunidade de escrever para um *blog*, *site* ou até mesmo a revista *Viração* e não utilizá-los? É falta de interesse, de conhecimento das ferramentas de comunicação ou de sensibilização para a participação dos jovens?

Outra forma de intervenção social realizada pela *Viração* está nas coberturas de mídia jovem em eventos voltados para a juventude. Nesses encontros, além de participar das discussões, os/as Virajovens fazem o registro escrito e fotográfico do que acompanharam e divulgam no *site* da Agência Virajovem de Notícias, que está hospedado na *home page* da revista *Viração* (www.revistaviracao.org.br), onde os/as Virajovens postam as matérias realizadas durante as coberturas de eventos. A *Viração* realizou esse tipo de ação em algumas conferências municipais e estaduais e na Conferência Nacional de Juventude.

De acordo com Ionara Talita Silva, do Virajovem de Brasília,

A *Viração* promove a participação social e política do jovem. É uma oportunidade de você participar de discussões importantes tanto para a

temática da juventude como para outros temas, como educação, cultura, comunicação. Eu acredito que a Viração contribui para a formação social e pessoal desses adolescentes e jovens que participam do projeto.³

6. Referências bibliográficas

- ABRAMO, Helena. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, Anped, n. 5/6, p. 25-36, 1997.
- CARMO, Paulo Sérgio do. **Culturas da rebeldia**: a juventude em questão. São Paulo: SENAC, 2001.
- CARVALHO, Maria do Carmo. Participação social no Brasil hoje. In: **Papers - Polis 2**. 1998.
- DAYRELL, Juarez. O rap e o funk na socialização da juventude. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 28, n.1, jan/jun, 2002.
- DAYRELL, Juarez. Juventude, grupos culturais e sociabilidade. JOVENes, **Revista de Estudos sobre Juventud**, México. Ano 9, n. 22, p. 296-313, jan/jun, 2005.
- GOHN, Maria da Glória. **Os sem-terra, ONGs e Cidadania**. São Paulo: Cortez, 1997.
- GUMES, Nadja V. C. **RG: Jovem** - Culturas juvenis e a formação das identidades da juventude. In: INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2003, Belo Horizonte – MG.
- LIMA, Paulo. **Planejamento da Viração**. [Mensagem pessoal] Mensagem recebida por <paulo@revistaviracao.org.br> em 15 de outubro de 2008.
- LIMA, Paulo. **Projeto Editorial da Revista Viração**. São Paulo, 2003.
- MAGRO, V.M. Adolescentes como autores de seus próprios cotidianos. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 22, n. 57, p. 63-75, ago. 2002.
- MELUCCI, Alberto. Juventude, tempo e movimentos sociais. **Revista Young**. Estocolmo. v. 4, n. 2, p. 3-14, 1996.
- MISCHE, Ann. De estudantes a cidadãos - Redes de jovens e participação política. **Juventude e contemporaneidade**. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo: Anped, n. 5/6, 1997.
- NOVAES, Regina; Vital, Christina. A juventude de hoje: (re) invenções da participação social. In: THOMPSON, Andrés A. **Associando-se à juventude para construir o futuro**. São Paulo: Peirópolis. 2005. Cap. 4, p. 107 – 148.
- PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. **Comunicação nos movimentos populares – a participação na construção da cidadania**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

³ Entrevista realizada durante a Conferência Nacional de Juventude, no dia 29 de abril de 2008.

_____. Direito à Comunicação Comunitária, Participação Popular e Cidadania. In: OLIVEIRA, Maria José da Costa (org). **Comunicação Pública**. São Paulo: Alínea, 2004, p. 49-79

RELATÓRIO A MÍDIA DOS JOVENS. Andi, 2005. Disponível em: http://www.andi.org.br/_pdfs/miadosjovens2005.pdf#search=%22relatorio%20a%20m%C3%ADdia%20dos%20jovens%202006.%20da%20andi%22. Acessado em 08 agosto de 2008.

SALVA, Sueli; STECANELA, Nilda. Diálogos sobre participação - o que dizem os jovens da Região Metropolitana de Porto Alegre – Brasil. **Última Década**. Cidpa Valparaíso, n. 25, p. 163-183, dez. 2006.

SPÓSITO, Marília. Estudos sobre juventude em educação. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n.5/6, p. 37-52, mai/dez. 1997.

TEIXEIRA, Nayara. **A Mídia Alternativa Revista Viração**: Uma Iniciativa que inclui adolescentes e jovens na busca pela emancipação social. 2007. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Instituto Metodista de Ensino Superior. São Bernardo do Campo, SP.

UNESCO. **Políticas públicas de/para/com as juventudes**. – Brasília: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2004.

VEJA. **Jovens**. São Paulo: Abril, ano 36, n. 30, julho. 2003. Edição Especial. Disponível em: http://veja.abril.com.br/especiais/jovens_2003/p_080.html. Acessado em 12 de setembro de 2008.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Relatório de Desenvolvimento Juvenil 2006**. Brasília: Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura. 2006.